

COOPERATIVISMO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Meire Joisy Almeida Pereira – meirejoisy@hotmail.com
Mestre em Políticas Públicas (UFMA). Profª do Departamento de Administração
UFRR

Antonio Ronildo Viana dos Santos – ronildo.viana@gmail.com
Especialista em Gestão do Cooperativismo pela UFRR

RESUMO: Este artigo se propõe revelar o contexto institucional do movimento cooperativista na microrregião sudeste de Roraima. A região destaca-se pela produção de banana (*Musa ssp*), sendo Caroebe considerado o município de maior produção do Estado. O fato corrobora para o município ser escolhido como ponto de partida para construção e institucionalização do cooperativismo no sul do estado. A organização produtiva foi norteadada pela atividade de forma tradicional, sem o uso e a aplicação de tecnologias de produção. Esses motivos colaboram para a baixa produtividade da banana, para baixa qualidade no processo da pós-colheita e ainda para a renda insuficiente, que não proporcionava as condições necessárias de vida às famílias produtoras. Um dos motivos atribuídos para o fomento da produção de banana no sul de Roraima foi o incentivo governamental aos produtores via Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA. Outro motivo para o fomento da produção da banana decorreu em face à mudança dos governos federal e estadual. Assim, os aglomerados produtivos de banana na região sul de Roraima tornam-se, pela sua localização e processo organizativo, público alvo da política de Arranjos Produtivos Locais – APL's, como continuidade da política de intervenção do governo federal na Amazônia setentrional, a partir dos programas: Comunidades Solidárias; posteriormente Comunidade Ativa e por fim, o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS. Assim, considera-se a constituição de uma Cooperativa Agropecuária no Sul de Roraima, como premissa da institucionalização do cooperativismo na região pesquisada.

PALAVRAS CHAVE: Cooperativismo; Cooperativas; Instituições; Roraima.

ABSTRACT: This paper aims to reveal the institutional context of the cooperative movement in the micro southeast of Roraima. The region is distinguished by the production of banana (*Musa spp*), Caroebe being considered the largest municipality of the state's production. The fact confirms the city being chosen as the starting point for construction and institutionalization of the cooperative movement in the southern state. Production organization was guided by the activity in the traditional way, without the use and application of production technologies. These reasons collaborate to low productivity of banana, for low quality in the process of post-harvest and for the insufficient income, which did not provide the conditions necessary for life to producing families. One of the reasons attributed for the development of banana production in southern Roraima was the government incentive to producers via Special Credit Program for Agrarian Reform - PROCERA. Another reason for the development of banana production took place in the face of changing federal and state governments. Thus, the production clusters of banana in southern Roraima become,

by its location and organization process, target policy Local Productive Arrangements - APL's, as a continuation of the policy of federal government intervention in the Amazon north, from programs: Communities in Solidarity; subsequently Active Community and finally the Local Development Forum Integrated and Sustainable - DLIS. Thus, it is the constitution of an Agricultural Cooperative in southern Roraima, the premise of the cooperative institutionalization in the area surveyed.

KEYWORDS: Cooperative; Cooperatives; Institutions; Roraima.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa revelar o contexto institucional do movimento cooperativista na microrregião sudeste de Roraima. As inquietações para escolha deste propósito nasceram da questão de como o cooperativismo chegou à Amazônia setentrional. Para revelar como este movimento se deu, escolheu-se como recorte temporal a década de 2000.

O município de Caroebe foi o berço do movimento cooperativista no sul de Roraima por conta da produção da banana. Em 1988, o governo do Estado, por meio da Casa do Produtor Rural incentivou 480 famílias a produzirem banana, via recursos do Banco da Amazônia - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA.

Daquele tempo até a contemporaneidade, o município tornou-se o maior produtor banana de Roraima. A banana (*Musa ssp*) “é uma das frutas mais consumidas no mundo, tanto em países de clima tropical quanto temperado” (ALVES; LIMA; VIEIRA, 2007, p.13). O Brasil figura no cenário internacional em segundo lugar na produção de banana, e internamente seu fruto é o mais produzido e consumido. A região Nordeste é maior produtora com (34% do total do país), seguida da região Norte com (26%), Sudeste (24%) e Sul com (1%). A bananeira cultivada é uma das principais atividades da fruticultura em Roraima e sua produção visa à demanda interna e o mercado amazonense (ALVES; LIMA; VIEIRA, 2007).

A década de 2000 registra o fomento à produção da banana a partir da implantação da metodologia do Arranjo Produtivo Local¹ - APL que à época propunha-se a concentrar investimentos junto a grupos de produtores da agricultura familiar. O SEBRAE em Roraima, em parceria com diversas instituições, escolheu como foco de atuação, “Desenvolver Arranjos Produtivos Locais – APL”, objetivando

¹ **Arranjos produtivos locais** – são aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativa articulação entre os agentes. Definição pela Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – RedSist.

gerar ocupação, renda e definir identidades territoriais. Foram aprovados 3 APL's, assim distribuídos: a bananicultura em Caroebe, a Piscicultura em São Luiz e Rorainópolis e Moveleiros em Boa Vista (SEBRAE, 2002).

A organização produtiva dos bananicultores da região sul de Roraima foi norteada pela adoção de práticas agrícolas inadequadas para a cultura da banana, principalmente no manejo de doenças, gerando assim baixa produtividade (ALVES; LIMA; VIEIRA, 2007). O fenômeno contribuiu para a menor participação na produção da região norte; a baixa qualidade no pós-colheita e renda insuficiente, sem agregação de valores; com isso, as famílias produtoras foram expostas a voracidade dos intermediários. Esses fatores foram determinantes na escolha da bananicultura como APL e prioridade de atuação do SEBRAE Roraima, como pressuposto à política do governo federal ao desenvolvimento local.

Por outro lado, o governo federal (Fernando Henrique Cardoso) desde 1994 fez investimentos sociais por meio de políticas como o Programa Comunidade Ativa, Comunidade Solidária e posteriormente os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS, que atuavam na arregimentação de pequenos produtores rurais. Com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2002), e, por conseguinte a instalação de um governo de caráter popular, o foco foi o fortalecimento das políticas sociais e de distribuição de renda. Os movimentos sociais passaram a demandar do governo o desenvolvimento de novos programas e políticas públicas.

O surgimento do interesse por parte dos produtores para implementação das políticas públicas de apoio à estruturação e organização social, de acesso ao crédito (custeio e investimento) como instrumento de superação das dificuldades enfrentadas, surge a partir de um *pool*² de instituições – Ministério do Desenvolvimento Comércio e Indústria - MDIC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Governo do Estado de Roraima – GERR, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento – SEAPA e Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN. Nesse sentido, a produção de banana na região sul de Roraima, torna-se foco da política de Arranjos Produtivos Locais – APL's.

Para dar conta da análise desse processo, utilizou-se a teoria institucionalista.

² *pool*- fusão de interesses; conciliar interesses.

Segundo Cavalcante (2011) as instituições ocupam um lugar central na análise do processo de desenvolvimento econômico, porque definem o ambiente em que funciona a economia e facilita a interação entre os indivíduos. A teoria institucionalista foi escolhida por considerar que sua linguagem se adéqua a região amazônica considerada inóspita e de baixa produção no arcabouço literário. Nela estão inseridos os termos instituições, organizações, *path dependence*³, que contribuem para as análises do contexto escolhido.

Portanto, é sob esta perspectiva, que se propôs revelar o surgimento do cooperativismo na Amazônia setentrional, trazendo como eixo empírico a produção de banana no município de Caroebe. A estratégia servirá para revelar como foi estruturado e quais as condições organizacionais em que o movimento se assentou. E nesse processo, apontar os caminhos e descaminhos vivenciados.

A Metodologia utilizada foi embasada no pensamento dedutivo, partindo-se de teorias e leis gerais pode-se chegar à determinação ou precisão de fenômenos particulares. A pesquisa bibliográfica embasou a definição da teoria que nortearia o artigo, bem como as demais contribuições e o trabalho de campo.

O estudo está dividido em partes: a presente introdução, o referencial teórico, a metodologia, a análise dos dados e as considerações finais. Espera-se que o presente estudo sirva de base para a pesquisa sobre o cooperativismo na Amazônia.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para realizar este estudo utilizou-se do referencial teórico inscrito na teoria institucional, visto que o objeto do trabalho visa abordar o processo de institucionalização do cooperativismo na Amazônia Setentrional.

2.1 Cooperativismo

A palavra cooperativismo se origina da palavra cooperação, que vem do latim cum+operari = com+trabalhar, ou seja: trabalhar juntos. Ainda hoje inúmeras pessoas e entidades trabalham juntas, cooperam, mas não integram o Sistema Cooperativo. Portanto, cooperação é a ação de pessoas e o cooperativismo é a doutrina, a ideologia (OCB/AP, 2009). Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – “o movimento cooperativista teve origem, na cidade de

³ *Path dependence* – é a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro.

Manchester (Inglaterra), no bairro de Rochdale, quando um grupo de 28 tecelões (sendo 27 tecelões e 1 tecelã) no dia 21 de dezembro de 1844, decidiram fundar a primeira cooperativa do mundo”. (MAPA, 2008, p.7).

O termo é atribuído a uma doutrina cultural e socioeconômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente. O Cooperativismo surgiu como forma de organização social para a solução de problemas econômicos, tendo por base a participação democrática, a solidariedade, independência e autonomia (OCB/AP, 2009). Na definição da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o Cooperativismo é um movimento, com filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. É um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Associado a valores universais, o cooperativismo desenvolve-se independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade. O cooperativismo tem se constituído em uma das formas de organização e fortalecimento na defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores (as), quando considerado o ambiente da economia solidária (ARAÚJO, 2007).

Segundo Egewarth (2012, p.3), “o Cooperativismo busca o equilíbrio entre o social e o econômico, resgatando a cidadania e viabilizando o desenvolvimento endógeno de qualquer sociedade”. Sua atuação cultiva valores, como ajuda mútua, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade e solidariedade.

O movimento cooperativista é reconhecido mundialmente pela sua atuação e resultados sociais e econômicos proporcionados a seus cooperados e a sociedade de um modo geral. De acordo com Rodrigues (2012, p. 1),

a Organização das Nações Unidas decidiu designar 2012 como o Ano Internacional do Cooperativismo. Trata-se de uma extraordinária conquista deste grande movimento mundial comprometido com o harmonioso desenvolvimento socioeconômico dos povos. Presente em quase todos os países, o cooperativismo é a doutrina que visa corrigir o social através do econômico. Quase 1 bilhão de pessoas no mundo são filiadas a algum tipo de cooperativa.

Na defesa do cooperativismo, Rodrigues (2012) afirma que pelo resultado proporcionado à sociedade, no campo econômico, social, político, em prol da distribuição das riquezas, da defesa do meio ambiente, do pleno emprego, contribuindo na superação das desigualdades, o Cooperativismo deveria receber

também o Prêmio Nobel da Paz.

Segundo dados da OCB (2010), no cenário nacional o cooperativismo demonstra sua força pelo crescimento, destacado aqui o ramo agropecuário. Os dados registram que de 2009 para 2010 houve o crescimento na participação de cooperados e empregados. Com destaque para os empregados com crescimento de 5,2% pontos percentuais. As cooperativas empregaram em 2010, 146.011 pessoas. No cenário estadual de acordo com OCB/ Gemerc, em 31 de dezembro de 2010 em Roraima existiam 70 Cooperativas do ramo agropecuário, com 4.298 associados e 336 empregados.

2.2 Cooperativas

Para Benato (2007, p. 61) “cooperativa pode ser definida como uma empresa com características especiais, sociedade de pessoas, de caráter social, sem visão de lucros, constituída e autogestada pelos próprios cooperados, com iguais direitos”. Segundo Klaes (2007, p. 23), “o substantivo Cooperação (Co-operation) e o adjetivo Cooperativa (Co-operative) somente começaram a ser usados na Grã-Bretanha a partir de 1820. Quarenta anos mais tarde os termos foram incorporados ao idioma Francês”.

O significado de cooperativa no Brasil é institucionalizado pela Lei 5.764 de 1971(p. 1), em seu Art. 4º, define cooperativas como “cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características”:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de

serviços. (Lei 5.764, 1971, p. 1-2).

Segundo Egewarth (2012, p.5), a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, no seu Congresso Centenário em Manchester (Inglaterra) definiu em 1995: “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido”.

De acordo com Egewarth (2012, p.5) no X Congresso Brasileiro de Cooperativismo em Brasília, em 1988 definiu:

“cooperativa é uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades” (EGEWARTH, 2012, p. 5).

Cabe destacar que a constituição jurídica das Cooperativas é diferente da constituição jurídica das empresas em geral. As cooperativas constituídas juridicamente com base na Lei 5. 764 de 1971, ou a que venham substituir, não proporcionam vantagens competitivas por si só, se estas não consolidarem modelos de gestão eficientes, eficazes e efetivos, os quais proporcionem sustentação para que as mesmas tenham vantagem competitiva reais, sustentada e duradoura (OLIVEIRA, 2012).

2.3 Instituições

Para Douglas North (1990) as instituições surgem para reduzirem as incertezas resultantes das interações humanas. A definição proposta pelo autor é que:

Instituições são as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam os incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica. A mudança institucional molda a maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para a compreensão da mudança histórica (NORTH, 1990 apud CAVALCANTE, 2011, p. 63).

Ao considerar que as instituições são restrições humanamente inventadas que estruturam as interações humanas, North (1990) define que elas:

Constituem-se de restrições formais (regras, leis, constituições), restrições informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto-impostos) e suas características em fazê-las cumprir. Elas, em

conjunto, definem a estrutura de incentivo das sociedades e especialmente das economias. As instituições formam a estrutura de incentivo de uma sociedade e as instituições políticas e econômicas, em consequência, constituem os fundamentos determinantes da *performance* econômica. O tempo, relacionado à mudança econômica e societal, é a dimensão na qual o processo de aprendizado dos seres humanos produz a forma como as instituições evoluem (NORTH, 1990, apud CAVALCANTE, 2011, p. 64).

Na perspectiva da teoria institucionalista, para reforçar a definição de North, Toyoshima (1999, apud CAVALCANTE, 2011) revela que as instituições são definidas como sendo regras, formais ou informais, criadas pelos indivíduos para regular a interação entre eles numa sociedade. Tais instituições, segundo a autora, estruturam os incentivos de troca entre as pessoas, seja ela econômica, política ou social. Assim, o papel principal das instituições será o de reduzir as incertezas existentes no ambiente, criando estruturas estáveis que regulem a interação entre os indivíduos. Porém, afirma a autora, não significa que a estrutura institucional não se modifique, nem que ela seja eficiente. Corrobora com Toyoshima o pensamento de Cavalcante (2007), que afirma que é por meio da estrutura institucional que podem ser verificados os diferentes padrões de desenvolvimento dos países. Essas diferenças podem ser explicadas por meio dos processos de evolução das suas instituições, de forma que, determinados arranjos institucionais conduzam a desempenhos favoráveis, enquanto em outros países não.

Durante o recebimento do Prêmio Nobel em 1993, North para explicar o termo *path dependence*, afirmou;

É a cultura que provem a chave do *path dependence*, um termo usado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. O aprendizado corrente de uma geração tem lugar dentro do conceito de percepções derivadas do aprendizado coletivo. O aprendizado coletivo é, então, um processo incremental filtrado pela cultura da sociedade [...] (NORTH apud CAVALCANTE, 2011, p. 71).

Na afirmativa de Cavalcante (2011), entender essa dependência do passado é a chave para explicar as dificuldades que enfrentam as economias quando desejam alterar sua posição competitiva. Assim, continua o autor, a questão-chave, está no tipo de aprendizado que os indivíduos em uma sociedade adquiriram ao longo do tempo e que condiciona o desenvolvimento. Para ele, a natureza do processo de aprendizagem é local, o desenvolvimento econômico é particular e diferenciado entre regiões ou países. O tempo, conclui ele, neste contexto, implica não somente em experiências e aprendizado atual, mas também a experiência acumulada de gerações passadas que

está enraizada na cultura.

2.4 Arranjos Produtivos Locais - APL

A definição proposta pela RedeSist, Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – SPILs “são conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem” (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 5). Os APL são inseridos no contexto micro e sua inserção incorpora a perspectiva local da inovação e da interação entre as organizações e atores envolvidos na criação, aprendizagem e difusão do conhecimento (VECCHIA, 2008).

A definição de APLs desenvolvida pela RedeSist é cunhada por Lastres, em 2002, conforme definição a seguir:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento; (LASTRES et al., 2002 apud. VECCHIA, 2008, p.5).

Existem outras definições de APL's abordadas pelo SEBRAE, pelo MDIC, que na essência expressam o mesmo sentido.

3. METODOLOGIA

A metodologia enquanto “conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento” utilizada no presente estudo foi, primeiramente, o pensamento dedutivo - método pelo qual, partindo-se de teorias e leis gerais pode-se chegar à determinação ou precisão de fenômenos particulares (BIAGGINI, 2009, p. 34).

A pesquisa bibliográfica foi outro procedimento adotado a fim de se incorporar a teoria que norteou o estudo proposto. O procedimento proporcionou o conhecimento acerca do surgimento do cooperativismo. Um desafio no percurso do

levantamento bibliográfico foi a pouca disponibilidade de informações relacionadas ao cooperativismo na Amazônia setentrional. Diante das dificuldades, definimos nos orientar teoricamente pela teoria institucionalista de Douglass North, visto que a teoria dialoga com o tema - a institucionalização do cooperativismo na Amazônia.

Após pesquisa bibliográfica e definição da teoria que dará suporte a análise do trabalho foi realizada a pesquisa empírica com o trabalho de campo junto aos atores sociais, que vivenciaram e corroboraram com o surgimento do cooperativismo na região sul de Roraima, bem como aos atuais atores dirigentes. Com aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas buscou-se compreender e conhecer em qual contexto na década de 2000 surge o cooperativismo na região sul, tendo como ponto de partida uma decisão de governo (s) e organizações atuantes na região.

As visitas se estenderam ao principal agente coordenador do processo (SEBRAE) e aos colaboradores, na tentativa de conhecer os caminhos institucionais percorridos que proporcionaram o surgimento do cooperativismo na região sul de Roraima e seu embasamento teórico. As visitas proporcionaram vasto material, tais como relatório de execução, depoimentos gravados em fita cassete, planejamento estratégico, registro de atividades, mapa com resultados sobre o contexto político institucional, social, econômico e os desafios superados.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Cooperativismo na Amazônia setentrional: caminhos

O objetivo proposto deste artigo foi revelar o contexto institucional do movimento cooperativista na microrregião sudeste de Roraima, na Amazônia Setentrional a partir da década de 2000. A teoria institucionalista foi escolhida por estudar as desigualdades regionais. Nela estão inseridos os termos instituições, organizações, *path dependence*, que contribuem para as análises do contexto escolhido.

A trajetória do cooperativismo na Amazônia setentrional surge a partir dos Arranjos Produtivos Locais. Um programa do governo federal contido no Plano Pluri Anual – PPA 2004-2007 e 2008-2011. Pela definição de North (1990 apud CAVALCANTE, 2011, p. 63), “as instituições são as regras do jogo numa sociedade”. Portanto, o APL é uma instituição, uma norma, uma regra a ser obedecida no âmbito das ações de fomento ao desenvolvimento.

Na microrregião sudeste de Roraima, o APL foi institucionalizado com objetivo de promover a integração das organizações e dos produtores de banana locais visando geração de ocupação, geração de renda e definição de identidades territoriais (SEBRAE, 2002). A estratégia adotada pelo SEBRAE em Roraima, principal agente da política, foi se articular com o Estado (o governo) e as diretrizes contidas na política do governo federal para implementar o APL. O local escolhido para a estratégia foi o município de Caroebe. As características sócio e econômicas do local atendiam as demandas da política. Caroebe dispunha de uma produção seminal de banana, incentivada desde 1988 pelo governo do estado⁴.

O município de Caroebe está localizado no sudeste de Roraima, com limites ao Norte com o município de Caracará e República Cooperativista da Guiana, ao Sul com o estado do Amazonas, a Leste com Pará e a Oeste com São João da Baliza (ALVES; LIMA; VIEIRA, 2007).

Daquele primeiro incentivo, frutificou um movimento virtuoso capaz de gerar produção excedente. A banana era uma realidade porque o produto gerava renda para o conjunto de trabalhadores da agricultura familiar. A produção desenvolveu-se com limitações relacionadas à questão tecnológica, mas ao mesmo tempo, conseguia gerar excedente. Diante destas características o SEBRAE e governo do Estado de Roraima, por meio da SEPLAN e SEAPA escolheram o município para implementar o programa do APL, em 2003 (SEBRAE, 2002).

De acordo com Magalhães (2008), Caroebe está inserida na mesorregião sul de Roraima, que compreende as microrregiões de Caracará e do sudeste de Roraima. O município de Caroebe originado da sede do Projeto de Assentamento - PA Jatapú, com população de 8.114 habitantes, área da unidade territorial (Km²) de 12.065,754 e densidade demográfica de 0,67. Elevou-se à categoria de município em 4 de novembro de 1994, com a denominação de Caroebe, pela Lei Estadual n.º 82, de 04 de novembro de 1994, desmembrado do município de São João da Baliza. Sede no atual distrito de Caroebe (ex-localidade aglomerado rural). Constituído do distrito sede, instalado em 1º de janeiro de 1997. Em divisão territorial datada de 2001 e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009 (IBGE, 2010).

⁴ Depoimento concedido em 27 de maio de 2013, por Paulinho Cabral, técnico agropecuário e membro da equipe de elaboração e coordenação dos projetos de fomento aos produtores de banana, em 1988 no, município de Caroebe. Evidência da atuação do papel organizacional do Estado.

Ainda sobre os aspectos geográficos, Silva (2007) caracteriza o estado de Roraima como a última fronteira do Brasil, da seguinte forma:

está localizado no extremo Norte da Amazônia brasileira, faz fronteira ao Norte e a Noroeste com a Venezuela e a Leste e Nordeste com a Guiana e com os estados brasileiros do Pará ao Sudeste e do Amazonas ao Sul e Sudoeste. Esta pode ser considerada como a última fronteira, sendo uma área pouco povoada e pouco populosa do norte brasileiro. Este Estado concentra, apenas, 2,51% da população da macrorregião Norte e no contexto nacional a população absoluta equivale apenas a 0,19% (SILVA, 2007).

No quesito relacionado à produção da banana os relatos apreendidos por meio das entrevistas junto aos produtores dão conta de evidenciar o processo histórico constitutivo da produção de banana em Caroebe. Em seus relatos, os entrevistados abordaram sobre a década de 1980 como o início do fomento a produção. Segundo o senhor José Ovídio⁵, um dos precursores do cooperativismo na região de Roraima:

O primeiro plantador de banana em Caroebe foi o senhor Zelão. A primeira vinda de produtores a Boa Vista foi em 1982, na feira de São Francisco. Nesta viagem além de outros produtos foram trazidos e comercializados 5 cachos de banana (por Tonhão da Marinete), que chamou bastante atenção dos consumidores, que queriam saber de qual região eram as bananas. Com tamanho sucesso despertou atenção dos que tinham vindo, para aumentarem o plantio de banana, fato que contribuiu com aumento do plantio. O trabalho sem acompanhamento técnico e de forma indiscriminada, as pragas logo apareceram como o mal do Panamá e sigatoka negra. Para combater foi introduzida banana prata, espécie resistente. Com aumento da produção de banana na região veio a presença dos atravessadores de Manaus que através dos intermediários locais compravam a produção a preços irrisórios. Levavam 3 e pagavam 1. Por outro lado os produtores trabalhavam de forma individual e isolada, facilitando a atuação dos atravessadores.

A partir deste relato, depreendeu-se que a produção da banana era aleatória, sem qualquer auxílio, e/ou encaminhamento institucional. As regras e as normas que norteiam a atuação das organizações não estavam postas. (NORTH, 1999 apud CAVALCANTE 2011).

As organizações começam a atuar em Caroebe quando o Banco da Amazônia agente financeiro do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária – PROCERA, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Casa do Produtor Rural de Caroebe, financiou 480 produtores de banana. Os investimentos financeiros

⁵ José Ovídio da Silva, foi o 1º tesoureiro da Cooparfac. **Diagnóstico situacional dos aspectos de institucionalização do cooperativismo na Amazônia Setentrional.** Caroebe – RR. Entrevista gravada por Antonio Ronildo Viana dos Santos, em 15 de maio de 2013. 1 microcassete sonoro (60 min), estéreo.

contribuíram para o aumento da produção e geração da renda das famílias produtoras. O ano de 1988 é o marco histórico no desenvolvimento da região e na vida social, comercial, organizacional do município de Caroebe. Na fala dos técnicos da SEAPA, o apoio advindo da política de crédito do governo federal, foi o principal vetor para o desenvolvimento do produto.

O trabalho realizado e os resultados alcançados dão início a preparação futura para a implementação do APL da bananicultura. O conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados no mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas, e envolvidos nas atividades que culminaram no desembolso dos recursos financeiros e, por conseguinte, no aumento do cultivo da banana são premissas de ação de APL (Rede Sist).

Os produtores de banana de Caroebe no recorte temporal que antecedeu a institucionalização do cooperativismo na região sul de Roraima, período este compreendido de 1988 a 2002, continuavam a utilizar o sistema de produção tradicional, desmatando, queimando e plantando no “toco”⁶. Nesse período a comercialização de banana, era dominada por compradores da região a serviço dos atravessadores de Manaus, que pagavam preços muito abaixo dos praticados no mercado e eram abaixo das expectativas dos produtores. O relato do agricultor Pedro Rodrigues⁷, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe - STTR, e corroborado pelos demais entrevistados evidencia-se esta realidade:

o preço da banana chegava a R\$ 1,50 o cacho de banana, quando era no tempo da safra, na entre safra ia de R\$ 3,00, R\$ 4,00 essa média, aí a gente formou a cooperativa. Primeiro a gente fez uma greve (janeiro de 2004), que se chamou a greve da banana, a gente fez na BR, em frente da vicinal.. 34 em melhoria de preço aí a gente formou a cooperativa. O preço continua, e ficou estável, o cacho de banana chega até R\$ 10,00 na safra e na caixa R\$ 17,50 ou R\$ 18,00. Melhorou o preço através da organização a gente conseguiu vender a banana em Manaus e não ficou totalmente na mão dos atravessadores.

O movimento que caracteriza os passos iniciais do processo cooperativista na Amazônia setentrional decorreu a partir da articulação dos técnicos da SEAPA por

⁶ Alves; Lima; Vieira (200, p. 19) o produtor derruba, queima e planta, sem uso de tecnologia, como destoca, aração e adubação.

⁷ Pedro Rodrigues da Rocha. Ex-conselheiro Fiscal, 1ª e 2ª diretoria. **Diagnóstico situacional dos aspectos de institucionalização do cooperativismo na Amazônia Setentrional**. Caroebe – RR. Entrevista gravada por Antonio Ronildo Viana dos Santos, em 15 de maio de 2013. 1 microcassete sonoro (60 min), estéreo.

meio da Casa do Produtor Rural de Caroebe – CPR e Casa Familiar Rural - CFR, no segundo semestre de 2002 com o SEBRAE Roraima. Eles estabeleceram as estratégias de implantação do APL da bananicultura. O ponto inicial da estratégia para implantação do APL foi a constituição de um grupo de produtores de banana para trabalharem com tecnologia de produção adequada as exigências mercadológicas com uso de tecnologia para serem disseminadas aos demais produtores.

Os órgãos ambientais (federal e estadual) imprimiam pressão no combate ao desmatamento na região. Os bananais estavam sob ameaça das doenças fúngicas foliares sigatoka negra⁸ e o mal do Panamá⁹, que poderiam dizimar os bananais. Os atravessadores da cidade de Manaus pressionavam os produtores por produtos com qualidade visando atender as exigências do mercado. De acordo com a teoria institucionalista, citada por Cavalcante (2011) neste período não se observa ou se evidencia as regras e normas que institucionalize o cooperativismo na Amazônia setentrional.

O trabalho de mobilização e arregimentação dos produtores de banana ficaram sob-responsabilidade de uma comissão constituída por representantes da CPR e CFR de Caroebe, e o Senhor Ivo – presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe – STTR e o representante do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caroebe - CDRS. A Comissão enfrentou dificuldades de atuação para fazer a mobilização. Com apoio de trabalhadores e produtores dividiram-se, e fizeram a mobilização nas 21 vicinais e na BR 210. A representatividade foi garantida através da seleção de 2 (dois) representantes de cada vicinal, mais 2 representantes da BR 210. Na data definida (final de 2002) foi realizado um encontro, no qual se fizeram presentes aproximadamente 15 a 20 produtores, e representantes institucionais do SEBRAE e governo do estado. Ao final do encontro, os produtores presentes decidiram trabalhar com o APL, para o qual foram confirmados 26 participantes.

O APL da bananicultura está institucionalizado no município de Caroebe, com suas regras e normas formais e informais, pelas quais as organizações basearão suas atuações (CAVALCANTE, 2011). Os trabalhos de implementação do APL iniciaram em fevereiro de 2003, com visitas *in loco* para arregimentação e diagnóstico

⁸ Alves; Lima; Vieira (2007, p. 65) A sigatoka negra é doença mais destrutiva da bananeira. O agente causador é o *Mycosphaerella fijiensis* Morelet (pseudocercospora fijienses (Morelet) Deighton.

⁹ Alves; Lima; Vieira (2007, p.79) o mal do Panamá, conhecido como fusariose, é fator principal no impedimento da produção da banana maçã no mundo.

situacional das propriedades e dos produtores selecionados pelos técnicos da SEAPA e SEBRAE. As atividades desenvolvidas pelas organizações consistiram na oferta de cursos voltados para capacitação dos produtores, na perspectiva deles compreenderem o que é um APL e o uso adequado de tecnologia de produção, associativismo e cooperativismo. Na sequência as organizações propuseram a elaboração do planejamento estratégico de forma participativa. Tudo para legitimar as necessidades de se formar uma cooperativa e/ou fortalecer o grupo e institucionalizar a representatividade.

Os conhecimentos superficiais sobre cooperativismo e associativismo adquiridos pelos produtores, por meio dos cursos aplicados, foram norteadores nas tomadas de decisões futuras. Os próprios produtores tomaram a iniciativa. O relato dos produtores (José Ovídio, Pedro Rodrigues, José Paulo¹⁰ e Luiz¹¹) e os técnicos da SEAPA e SEBRAE, confirmam a ideia de se constituir uma cooperativa 6 e/ou 7 meses depois de iniciados os trabalhos. A cooperativa deveria ser instrumento de combate aos atravessadores, contra o preço baixo e por melhor qualidade de vida com geração de renda. Os trabalhos foram direcionados para institucionalização, constituição e funcionamento da cooperativa. O foco era comercialização da banana dos cooperados e sistema de produção tecnificado. A meta principal era 80% a 90% dos produtores de banana de Caroebe tornarem-se cooperados¹². De acordo com SEBRAE (2003) nesse período existiam aproximadamente 1.500 produtores que produziam banana em Caroebe.

O APL da bananicultura cumpri, portanto, seu papel. A institucionalização criou as condicionantes necessárias para tomada da decisão dos produtores na criação da cooperativa. Todos estavam imbuídos do propósito de superação das desigualdades existentes entre quem produzia e quem comercializava. Estavam lançadas as novas regras e normas formais, a partir das informais.

¹⁰ José Paulo de Souza. Atual Conselheiro Fiscal Cooparfac. **Diagnóstico situacional dos aspectos de institucionalização do cooperativismo na Amazônia Setentrional**. Caroebe – RR. Entrevista gravada por Antonio Ronildo Viana dos Santos, em 14 de maio de 2013.

¹¹ Luiz Almeida dos Reis. Foi o 1º presidente da Cooparfac. **Diagnóstico situacional dos aspectos de institucionalização do cooperativismo na Amazônia Setentrional**. Caroebe – RR. Entrevista gravada por Antonio Ronildo Viana dos Santos, em 15 de maio de 2013. 1 microcassete sonoro (60 min), estéreo.

¹² José Oliveira de Araújo Sobrinho. Chefe da Casa do Produtor Rural de Caroebe – CPRC. Caroebe – RR. Entrevista: **Diagnóstico situacional dos aspectos de institucionalização do cooperativismo na Amazônia Setentrional**. Caroebe – RR. Entrevista gravada por Antonio Ronildo Viana dos Santos, em 14 de maio de 2013. 1 microcassete sonoro (60 min), estéreo.

O Cooperativismo na Amazônia Setentrional com maior presença de organizações governamentais e não governamentais teve seu marco inicial institucionalizado no município de Caroebe, região sul de Roraima no mês de maio de 2004, quando se constituiu-se uma Cooperativa do ramo Agropecuária e Agroindustrial¹³. O trabalho foi desenvolvido por atores sociais e representantes governamentais, como cumprimento da política de intervenção na vida social e econômica de Caroebe, tendo como foco a bananicultura. A Cooperativa significou para os precursores do cooperativismo na Amazônia Setentrional, o equilíbrio, pois equalizou o preço da banana, que até então estavam sob os auspícios dos atravessadores.

Sob a ótica da teoria institucionalista (NORTH, 1990 apud CAVALCANTE, 2011) e analisando os relatos, depreendeu-se que as organizações, (sindicatos, cooperativa, empresas), foram as responsáveis pela constituição da matriz institucional¹⁴ para implantação do cooperativismo no sul de Roraima. Naquele momento foram dadas as regras e normas formais e informais seguidas pelas organizações que compunham o processo.

A institucionalização do APL da bananicultura introduziu mudanças institucionais a partir da constituição da Cooperativa e seu modo de atuar na região impactada. O capital social¹⁵ é observado quando da constituição do grupo, pois demonstraram a capacidade de se relacionarem em busca de objetivos comuns pelo cooperativismo. Neste trabalho destacamos exemplos de ações estruturantes realizadas pelas organizações que compunham o comitê gestor do APL, ou que a partir do trabalho desenvolvido, vieram apoiar o projeto, representado pela cooperativa. A Embrapa instalou uma unidade demonstrativa em Caroebe para realizar estudos de espécie resistentes a sigatoka negra e o mal do Panamá. O capital inicial que movimentou a cooperativa na fase de estruturação e institucionalização foi financiado por alguns produtores fundadores. A Fundação Banco do Brasil – FBB

¹³ Segundo Crúzio, (2005, p. 14) - as cooperativas do ramo agropecuária e agroindustriais: são formadas por produtores que atuam no campo, objetivando a comercialização da produção de seus associados (.....) mercado consumidor.

¹⁴ A matriz institucional de uma sociedade é constituída de regras e normas formais e informais, bem como pelas instituições que garantem a aplicação (enforcement) dessas regras (...) (BUENO, 2004 apud CAVALCANTE, 2011).

¹⁵ Capital Social – “conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado” (COLEMAN, 1990 apud CAVALCANTE, 2011).

através da metodologia do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS apoiou com a infraestrutura inicial em Caroebe na recepção e no Entrepasto em Manaus:

1 - Câmara fria capacidade para 30 toneladas instalada em Caroebe; 3 – Câmaras frigoríficas instaladas no entreposto em Manaus; 1 – Câmara para maturação instalada no entreposto em Manaus; 1 – Caminhão $\frac{3}{4}$ F. 4000, capacidade para 8 toneladas, para apoio no entreposto em Manaus; 2 – Motos para apoio nas articulações da Diretoria e Gerências (Produção e Comercialização) junto aos Cooperados e 1 estação digital com 9 computadores, posteriormente adquirida uma antena GESAC junto ao Ministério das Comunicações que proporcionou o funcionamento e atendimento de cooperados, familiares com treinamento no uso de computação.

O DRS foi fortalecido com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/ Prefeitura de Caroebe, com repasse para a cooperativa: 1 - Caminhão com 1 baú para apoio ao transporte e comercialização; 1 – Câmara de maturação; 1 – Galpão para instalação de uma marcenaria – hoje funcionando como depósito.

O SESI reforçando a parceria repassou 1 estufa para fazer banana passas – até hoje sem funcionamento. Segundo o Gerente Administrativo, o funcionamento da estufa está condicionado a uma estrutura física fechada com cobertura, para agroindústria. Após a doação da estufa a Cooperativa não dispôs de recursos financeiros a época, muito menos os financiadores, que pudesse construir a referida estrutura. A atual Diretoria da Cooperativa está em fase de conclusão de um projeto junto ao Serviço Nacional do Comércio – SENAC, que contempla a instalação de uma agroindústria multifuncional, para desidratação e combate as larvas da mosca das frutas.

4.2 Cooperativismo na Amazônia setentrional: os descaminhos

À luz da percepção empírica dos atores sociais entrevistados e dos documentos pesquisados, constatamos evidências sobre os fatores que contribuíram para os descaminhos do cooperativismo na Amazônia setentrional.

Os protagonistas sociais do cooperativismo na Amazônia setentrional estavam ávidos pelos resultados econômicos, porém limitados de conhecimento sobre os princípios e valores cooperativistas; da organização (gestão, contabilidade, marketing) e funcionamento. As divergências internas, ingerências políticas externas aos interesses da Cooperativa concatenada com o desconhecimento da realidade, a divisão interna por interesses pessoais, marcaram o período da institucionalização do

cooperativismo em Caroebe. “O desconhecimento da vivência da cultura cooperativista pelos precursores limitou a trajetória do cooperativismo como doutrina e ideologia” (OCB/AP, 2009).

Os fatos evidenciados a partir dos relatos dos entrevistados demonstram fragilidade na caminhada. A história passada das organizações e dos agentes foi fator determinante sobre o presente e o futuro (CAVALCANTE, 2011). A visão individual de gestão e a disputa pelo poder, sem considerar a cooperação como premissa do cooperativismo, contribuíram para os descaminhos no cooperativismo na Amazônia setentrional.

As evidências constatadas nos relatos afirmam que o perfil das lideranças eram limitadas de conhecimento histórico na cooperativa, isso fez emergir que os interesses individuais se sobressaíssem sobre os interesses coletivos. Fatos que contribuíram para divergências extremas, que causou a primeira baixa gerencial na cooperativa.

Os cooperativistas limitados de conhecimento sobre o cooperativismo, cuja base é a participação democrática, a solidariedade, independência e autonomia, foram determinantes, de acordo com relato dos entrevistados, para a substituição dos dirigentes da Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial de Caroebe, antes do término do mandato:

a) 1ª diretoria tinha mandato até dezembro de 2009, foi substituída em julho de 2009, segundo relatos com saldos positivos de caixa;

b) a 2ª Diretoria foi até dezembro de 2009, com saldos negativos e aparente fragilidade na gestão;

c) a 3ª diretoria assumiu em janeiro de 2010 e teria mandato até janeiro de 2014, foi substituída (presidente, vice-presidente) em março de 2013, um ano antes, com fortes indícios de irregularidades e;

d) a atual diretoria assume até março de 2014, com forte propósito de superar os desafios.

Se considerarmos os relatos, destaca-se ainda que:

Os dirigentes e cooperados são limitados para Gestão - qualificada; há o enfraquecimento nas relações das parcerias e do apoio governamental (governo estadual e municipal), no andamento dos trabalhos.

Para o 1º presidente da cooperativa o senhor Luiz “o apoio estava condicionado à troca de apoio político”, fato este rejeitado pela 1ª diretoria. A

participação de sócios na produção foi reduzida. Há o acúmulo de dívidas das 2 últimas gestões (julho de 2009 a março de 2013) e a parca manutenção da estrutura da cooperativa constituem-se em descaminhos sofridos pelo cooperativismo na região sul de Roraima.

Outro aspecto que se relaciona ao tema trata-se da regularização fundiária deficitária. Ela impede o acesso ao crédito pelos produtores; assim, eles continuam a utilizar na sua maioria, o sistema de produção tradicional, sem o uso de tecnologia. Para o produtor José Ovídio, a força de trabalho está envelhecendo – os jovens não são estimulados a permanecerem no campo, não querem a mesma vida dos pais – falta investimento na estruturação da propriedade e a desestruturação da família contribuem para os descaminhos.

Os descaminhos do cooperativismo na Amazônia setentrional, em especial no sul do Estado de Roraima, como doutrina e ideologia, baseado nos resultados das pesquisas e entrevistas tiveram forte influência da limitação de vivência no modo cooperativista pelos produtores e a ingerência política partidária. Para North (1999 apud CAVALCANTE, 2011), o passado tem forte influência no presente e dita o futuro. Neste caso, esta ausência pode ser fator determinante para os descaminhos, como evidenciado em declarações: “pouca participação dos cooperados nas Assembléias e demais atividades”; “baixa participação dos cooperados”; “cooperados comercializando com os atravessadores”; “a disputa velada entre Caroebe e Entre Rios – certa divisão que gera desconfiança e enfraquecia e enfraquece até hoje os trabalhos e a organização da cooperativa”, bem como a “ausência da cultura cooperativista”.

Por fim, há o distanciamento da entidade, representação máxima do cooperativismo tradicional em Roraima (OCB/ SESCOOP), no fortalecimento e continuação dos trabalhos na área da cultura cooperativista (apoio superficial). Aspectos que contribuíram para os desmandos na gestão e desvios de ordem ideológica e doutrinária, segundo relatos dos atores sociais entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de banana foi o vetor da institucionalização do APL em Caroebe. O APL da bananicultura proporcionou capacitações em diversas áreas (técnicas de produção, combate a doenças e pragas), cooperativismo, associativismo e política de crédito. Com as capacitações, os produtores foram adquirindo conhecimento sobre

cooperativismo, até então totalmente desconhecido. A decisão da constituição da Cooperativa, como instrumento de defesa, organização e fortalecimento dos produtores de banana de Caroebe/ RR foi resultante da atuação organizacional do APL. Com a institucionalização do cooperativismo o principal foco (expectativa) foi a comercialização com preço justo e planejado (organização).

A produção tecnificada foi proposta como alternativa de combate ao desmatamento, por pressão dos órgãos ambientais e condicionada pelo mercado consumidor, mas não absorvida pela grande maioria dos produtores contemporâneos. Os produtos com qualidade e produção sustentável eram garantias de rendimentos favoráveis aos produtores, com aumento na geração de renda. O cooperativismo movimentou recursos, agentes de governos, melhorou a renda dos produtores de banana.

No caminho da institucionalização do cooperativismo na região sul de Roraima, as desconfianças e descréditos por parte dos produtores e comunidade em geral, no tocante ao cooperativismo, foram os principais percalços enfrentados pelos pioneiros. As autoridades municipais não acreditavam que daria certo, pois o histórico de outras entidades não proporcionava expectativas positivas.

Na Amazônia setentrional a presença do Governo Federal é tida como indutora de desenvolvimento e ocupação de território. A partir da indução e intervenção governamental que as mudanças da matriz institucional e a institucionalização acontecem. A institucionalização do cooperativismo na Amazônia setentrional foi efetivada a partir da definição de políticas de desenvolvimento como os DLIS, APL's, DRS.

A teoria de North é base para se identificar que no processo de institucionalização do cooperativismo na Amazônia setentrional, as organizações, os corpos econômicos, os corpos sociais, a matriz institucional, o capital social, a mudança social e a dependência da trajetória histórica são elos que constituem pressupostos básicos e imprescindíveis. A dependência da trajetória histórica (*path dependence*) norteia o caminhar.

Os caminhos, apesar de serem induzidos por agentes de governo e influenciados pela ótica do capital financeiro como ferramenta estruturante, veio ao encontro de uma necessidade endógena de um grupo, que favoreceu o trabalho, que o fez ganhar corpo. Não obstante, as limitações de vivência da cultura cooperativista, ofuscada pela busca do resultado imediato, corroboraram para as dificuldades

enfrentadas na gestão e continuidade dos trabalhos causando desgaste e enfraquecendo o caminhar.

Não é suficiente que o governo (federal, estadual e/ou municipal) faça investimentos financeiros e até gerenciais. O espírito e a cultura cooperativista como premissa do fortalecimento institucional são necessários e preponderantes para atuação coerente de seus diretores e cooperados. Para tanto, as entidades responsáveis pelo cumprimento da ação e formação do cooperativismo cumpram seu papel de dar vida às organizações cooperativas existentes, dar apoio intrínseco aos que vierem a surgir, sob a ótica tradicional. Os cooperados, e os gestores, devem ser alimentados com o propósito primordial da geração e propagação da vida. Isto se deve em razão do distanciamento de uma atuação presente e coerente; caso contrário, teremos inúmeras cooperativas constituídas, porém sem cumprirem seu papel. Nossa trajetória histórica cooperativista não contribui para fortalecer a ação cooperativista na Amazônia setentrional.

A institucionalização do cooperativismo na Amazônia setentrional nos remete a novas buscas e inquietações. Este trabalho não teve a pretensão de esgotar um tema vasto e desafiador. As pesquisas futuras devem revelar as razões que levam grupos de trabalhadores do campo e da cidade, que se unem para superar seus males em determinados momentos, e em outro, buscam se autodestruírem.

Por fim, é pela cooperação, pela ajuda mútua e solidária que os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, superarão seus desafios e suavizarão suas dores.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. B.; LIMA, K. N.; VIEIRA, B. de A. H. **Cultivo da banana em Roraima**. Boa vista: Embrapa Roraima, 2007. 90 p. (Embrapa Roraima. Documentos, 01-banana. 2. Cultivo. 3. Roraima. I. Título II. Serie).

ARAÚJO, Suzethe da Silva. Educação e desenvolvimento sustentável: concepção e Práxis da Gestão e autogestão de experiências Cooperativistas no semi-árido baiano. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/d086c43daf01071b03256ebe004897a0/c79422c560b6966d83257411007a5212/\\$FILE/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/d086c43daf01071b03256ebe004897a0/c79422c560b6966d83257411007a5212/$FILE/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento.pdf). Acesso em: 17 de fevereiro 2013.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo - SP, Dinâmica Gráfica e Editora Ltda, 2007.

BIAGGINI, Cleide Goretti Silva. **Metodologia de Pesquisa e Construção do Conhecimento**. Apostila o trabalho científico. 2009. Disponível em: <http://www.fadiva.edu.br/Documentos/posgraduacao/materiaispos/cleide/trabalhocientifico.pdf>. Acesso: dia 23 de maio de 2013.

BRASIL. Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gov.br/web?hl=&q=Lei+do+Cooperativismo+de+1971%3F>. Acesso em: 12 de abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - Brasília Cooperativismo: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2013.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Análise Metodológica da Economia Institucional**. – Dissertação (Mestrado em Economia,) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro Niterói: 2007. 120 p. Disponível em: http://www.cpgeconomia.uff.br/novosite/arquivos/tese/2007-carolina_cavalcante.pdf. --=====Acesso em: 20 de abril 2013.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglass North**. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2984>. Acesso em: 10 de abril 2013.

COOPERATIVISMO: Forma ideal de organização. Disponível, em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/>. Acesso em: 12 de abril de 2013.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

EGEWARTH, Helmut. **Historicidade do Movimento Cooperativista**: Módulo I, 28-31 de março de 2012, 83 p. Apostila do Curso MBA em Cooperativa – Universidade Federal de Roraima. f. Notas de aulas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?lcodmun=140023&search=roraia|caroebe>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

KLAES, Luiz Salgado. Introdução ao cooperativismo: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2007. Disponível em: http://busca.unisul.br/pdf/88776_Luiz.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2013.

LASTRES, Helena M.M. e CASSIOLATO, José E. **Políticas para promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e pequenas Empresas: Vantagens e Restrições do conceito e equívocos usuais.** Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Economia. 2004. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 9 de maio 2013.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia, o extrativismo Vegetal no sul de Roraima: 1943 – 1988.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão de cooperativas: uma abordagem prática.** 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS E OCB. **Números do Cooperativismo por ramo de atividade.** 2010. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/numeros_do_cooperativismo_2010.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2013.

PEREIRA, Meire Joisy Almeida. **Desenvolvimento na Amazônia: Políticas Públicas e as Instituições em Roraima.** V Jornada de Políticas Públicas. UFMA, 2013. São Luis - MA.

RODRIGUES, Roberto. O Cooperativismo reconhecido. **Revista Globo Rural**, fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://gvagro.fgv.br/>>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Relatório de execução de atividades.** Boa Vista, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Planejamento Estratégico do Arranjo Produtivo da bananicultura no município de Craoebe-rr. Caroebe/ RR,** 2003.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil.** Tese Doutorado - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo_4.pdf> Acesso em: 10 de maio 2013.

SINDICATO E ORGANIZAÇÕES DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO AMAPÁ - OCB/AP. 2009. Disponível em: <http://www.sescoop-ap.coop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=40>. Acesso em 21 de maio de 2013.

SYDOW, Cristina Toth. **Os Arranjos Produtivos Locais e o processo de coordenação intergovernamental: o papel dos governos dos estados como articuladores de políticas públicas.** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9838/Tese%20Cristina%20T%20Sydow_Final_revisadox.pdf?sequence=3>. Acesso em: 9 de maio de 2013.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das ideias de Douglas North,** IPE-USP, **Estudos Avançados**, v. 29, n. 1, 1999.

VECCHIA, Raquel Virmond Rauen Dalla. **Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local**. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, PR Brasil 2008.